

Salário acima da média é para poucos

Raquel Bocato

Empresas disputam pessoas com deficiência "leve"

Em grande parte dos casos, profissionais com deficiência encontram todo tipo de obstáculos no mercado de trabalho. Porém, para um grupo bem restrito -com ensino médio completo e, principalmente, uma deficiência considerada "leve" por empregadores-, a situação muda totalmente, dizem especialistas ouvidos pela Folha.

"Hoje, um assistente administrativo [deficiente], com ensino médio completo e sem experiência, consegue remuneração de até R\$ 1.200 -a média é de R\$ 800. Há disputa das empresas [por alguns profissionais]", diz Ricardo de Carvalho, gerente da CS4 Consultoria.

Segundo ele, estão fora dessa lista cadeirantes, cegos e surdos, já que, para recebê-los, as firmas teriam de fazer investimentos em infra-estrutura.

Da mesma opinião compartilham entidades que atuam com inclusão, como Instituto Paradigma e Avape.

De acordo com a Rais 2007 (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho e Emprego, deficientes têm salários superiores aos dos demais -mas a diferença é mínima. Os primeiros têm ganho mensal de R\$ 1.390; os demais, de R\$1.356.

Isso porque, enfatiza a coordenadora da Rede Saci, Ana Maria Barbosa, salários muito elevados são uma realidade restrita a um grupo pequeno, que se encaixa no perfil "ideal" -e não exija mudanças culturais ou estruturais na firma.

"Esse panorama não se aplica ao todo. Assim como a imagem de quem tem um bom currículo não se compromete."

A demanda por profissionais, segundo consultores, tem estado aquecida. Mas, no fim do ano, costuma inflar mais.

"Nessa época, começa uma corrida para contratar e cumprir [as cotas]", pontua Claudio Tavares, analista de gestão de RH da Deficiente Online.

"Algumas empresas nem integram as pessoas", diz Rosana Moreira, sócia da Incluir RH.

Política inclusiva

Para gerentes e diretores de recursos humanos, plano de carreira e ambiente inclusivo são suficientes para manter a rotatividade sob controle.

Consultados pela Folha, responsáveis pelas áreas de RH de grandes empresas, como Natura, Santander, Whirlpool e Grupo Astra, afirmam manter o "turnover" baixo devido à política interna, que abrange investimento em qualificação e oportunidade de ascensão.

Não há alunos suficientes, diz associação

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Desde 25 de setembro, com a lei do estágio, as empresas têm de reservar 10% de suas vagas para deficientes. Segundo os cálculos da Abres (Associação Brasileira de Estágios), são 71,5 mil postos para estudantes do ensino superior. Contudo, há 6.960 alunos deficientes de graduação no país, segundo os dados do MEC (Ministério da Educação).

“As empresas procuram, mas não conseguem encontrar estagiários com esse perfil”, destaca o diretor-presidente da Abres, Seme Arone Junior. Não apenas, sugere ele, pela falta de alunos na graduação para atender a demanda como também porque os jovens profissionais são disputados pelo mercado.

“As empresas os absorvem como celetistas, para cumprir Lei de Cotas.”

A auxiliar administrativa Elem Barbosa, 21, que perdeu dedos e parte do movimento do braço esquerdo, faz parte do grupo que dispensa o estágio.

Ingressou no Grupo Astra, de construção civil, em 2005 e há um ano e meio entrou na faculdade.

“Desde que estou aqui na empresa, não mandei nenhum currículo”, diz.

“Por esse assédio das empresas, não sentimos aumento da procura pelo estudante”, considera o presidente do Núcleo Brasileiro de Estágios, Carlos Henrique Mencaci.

Pesquisa traz redução de matrículas

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA


Caiu o número de alunos com deficiência no ensino básico —que vai da educação infantil ao ensino médio e inclui educação profissional e de jovens e adultos. Em 2006, havia 700.624; em 2007, 669.931, o que significa uma redução de 4,4%.

Segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a redução se deve a uma mudança metodológica do sistema de coleta de dados do Censo 2007. Pela primeira vez, utilizou-se o Educenno, que solicita dados detalhados sobre escola, alunos e professores, eliminando, por exemplo, cadastros duplicados.

Pelo último censo, 46,8% das matrículas são em classes comuns —nas quais há a integração entre alunos deficientes e não-deficientes— do ensino regular e da EJA (Educação de Jovens e Adultos). Outras 41,3%, em escolas exclusivamente especializadas, e 11,9%, em classes especiais do ensino regular e da EJA.


“O MEC tem desenvolvido uma política de educação inclusiva e deve haver uma migração das classes especiais para as regulares”, diz a pesquisadora do Diesat (departamento de estudos de saúde e dos ambientes de trabalho) Alexandra Ito.

Procurado, o MEC não quis comentar os dados.



Recebi convites de outras empresas, mas preferi ficar. Tenho um cargo bom, me valorizam pelo trabalho, não pela deficiência

ANDRISSA BRUZZA, 28
deficiente física, webdesigner da Dell



Cadastrei-me em sites de empresas. Cheguei a ser chamado para participar de dois processos de seleção na mesma época

DIOGO ALEX SANDRO BACAN, 25
tem baixa audição e é gerente do Itau

Fonte: Folha de S.Paulo, São Paulo, 14 dez. 2008, Empregos, p. 2-8.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais